MPV 612

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Senadora Ana Amélia (PP-RS)				n° do prontuário
x Supressiva	2. Substitutiva	3. x Modificativa	4. Aditiva	5. 🗆 Substitutivo global
Página	Artigo 19	Parágrafo	Inciso	Alínea
		TEXTO/JUSTIFICAÇÃ	(O	

Dê-se ao inciso I do § 6º do art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, acrescido pelo art. 19 da MPV nº 612, de 2013, a seguinte redação:

§ 6º O ressarcimento previsto neste artigo deverá ser recolhido:

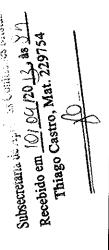
I – até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao do desembaraço aduaneiro, na hipótese do $\S 2^{\circ}$;

.....

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda de redação visa a aprimorar a técnica legislativa da Medida Provisória (MPV) nº 612, de 4 de abril de 2013.

O § 2º acrescido ao art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, pelo art. 19 da MPV prevê apenas **uma** hipótese de cobrança do ressarcimento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) relativo às atividades extraordinárias de





fiscalização e controle aduaneiros: R\$ 60,00 por carga desembaraçada.

A redação do inciso I do § 6º acrescido ao mesmo art. 22 pelo art. 19 da MPV prevê **duas** hipóteses: desembaraço aduaneiro ou ingresso de cargas. Para haver harmonia entre os dispositivos, a redação do inciso I do § 6º deve ficar restrita ao desembaraço aduaneiro.

PARLAMENTAR

Senadora Ana Amélia (PP-RS)
